



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2020

ESTATUTÁRIO

CARGO:

PROCURADOR JURÍDICO

(NÍVEL SUPERIOR)

Língua Portuguesa: 01 a 10; Matemática: 11 a 20;
Conhecimentos Gerais: 21 a 30; Conhecimentos Específicos: 31 a 60.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d) .
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
13	Depois de entregue o cartão-resposta, não será permitido ao candidato utilizar os sanitários do local de prova.
14	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.
15	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-resposta.

Identificação do candidato

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

QUESTÕES DE 01 A 10 - LÍNGUA PORTUGUESA

O texto a seguir foi extraído da obra *O Abolicionismo*, escrita pelo diplomata Joaquim Nabuco à época da escravidão no Brasil. Leia-o atentamente para responder as próximas questões.

“No princípio da nossa colonização, Portugal descarregava no nosso território os seus criminosos, as suas mulheres erradas, as suas fezes sociais todas, no meio das quais excepcionalmente vinham emigrantes de outra posição. No século XVI ou XVII o espírito de emigração não estava bastante desenvolvido em Portugal para mover o povo, como desde o fim do século passado até hoje, a procurar na América portuguesa o bem-estar e a fortuna que não achava na Península. Os poucos portugueses que se arriscavam a atravessar o oceano à vela e a ir estabelecer-se nos terrenos incultos do Brasil, representavam a minoria dos espíritos aventureiros, absolutamente destemidos, indiferentes aos piores tranques na luta da vida, minoria que em Portugal, hoje mesmo, não é grande e não podia sê-lo, há dois ou três séculos. Apesar de se haver estendido pelo mundo todo o domínio português à América do Sul, à África ocidental, austral e oriental, à Índia e até à China, Portugal não tinha corpo, nem forças, para possuir mais do que nominalmente esse imenso império. Por isso, o território do Brasil foi distribuído entre donatários sem meios, nem capitais, nem recursos de ordem alguma, para colonizar as suas capitânicas, isto é, de fato entregue aos jesuítas. A população européia era insignificante para ocupar essas ilimitadas expansões de terra, cuja fecundidade a tentava. Estando a África nas mãos de Portugal, começou então o povoamento da América por negros; lançou-se, por assim dizer, uma ponte entre a África e o Brasil, pela qual passaram milhões de africanos, e estendeu-se o hábitat da raça negra das margens do Congo e do Zambeze às do São Francisco e do Paraíba do Sul. A africanização do Brasil pela escravidão é uma nódoa que a mãe-pátria imprimiu na sua própria face, na sua língua, e na única obra nacional verdadeiramente duradoura que conseguiu fundar. Se Portugal tivesse tido no século XVI a intuição de que a escravidão é sempre um erro, e força bastante para puni-la como crime, o Brasil não se teria tornado no que vemos; seria ainda talvez uma colônia portuguesa, mas estaria crescendo sadio, forte e viril como o Canadá e a Austrália”.

(Trecho com adaptações).

01. Em relação à interpretação do texto, assinale a alternativa correta.

- a) O autor apresenta uma síntese histórica para refletir sobre a origem e os efeitos da escravidão no Brasil.
- b) Para o autor, o modelo de colonização seguido por Portugal é a principal razão do progresso brasileiro em sua época.

c) Devido ao escravismo adotado no Brasil, no Canadá e na Austrália, essas nações enfrentavam dificuldades em seu desenvolvimento.

d) O argumento central do autor é que Portugal possuía todas as condições para povoar completamente suas colônias, sem recurso à escravidão.

02. No início do texto, o autor afirma que, no princípio da colonização, Portugal descarregava em nosso território “as suas fezes sociais”. Marque a alternativa que indica uma figura de linguagem empregada pelo autor nesse trecho.

- a) Eufemismo.
- b) Metáfora.
- c) Onomatopeia.
- d) Pleonasma.

03. De acordo com Joaquim Nabuco, em certa época, “o espírito de emigração não estava bastante desenvolvido em Portugal”. Em relação ao termo “emigração”, pode-se afirmar que:

- a) possui sentido idêntico ao da palavra “imigração”.
- b) seu prefixo indica movimento migratório para fora.
- c) trata-se de uma forma arcaica do substantivo “imigração”.
- d) não está de acordo com regras do Novo Acordo Ortográfico.

04. Analise as alternativas a seguir e marque a que indica APENAS palavras proparoxítonas que aparecem no texto.

- a) colonização - território - criminosos - mulheres.
- b) excepcionalmente - emigrantes - fortuna - Península.
- c) português - nominalmente - população - fecundidade.
- d) século - espíritos - donatários - África.

05. A certa altura do texto, o autor emprega o adjetivo “européia”. Tendo-se em consideração as normas do Novo Acordo Ortográfico, a grafia dessa palavra, como aparece no texto, estaria:

- a) correta, dado que é facultativo assinalar com acento agudo a sílaba tônica das palavras proparoxítonas.
- b) incorreta, pois não se acentuam as chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, que apresentam ditongo na sílaba tônica.
- c) incorreta, pois não se acentuam graficamente os ditongos representados por *ei* e *oi* da sílaba tônica das palavras proparoxítonas.
- d) correta, pois as palavras proparoxítonas são em geral acentuadas graficamente, com raríssimas exceções na língua portuguesa.

06. Em relação à oração “começou então o povoamento da América por negros”, marque a alternativa que indica a função sintática exercida nela pelo termo “povoamento”.

- a) Objeto direto.
- b) Objeto indireto.
- c) Núcleo do sujeito.
- d) Verbo transitivo direto.

07. O autor do texto afirma que o povoamento da América por negros se iniciou quando a África estava “nas mãos de Portugal”. Nesse caso, o autor se vale de linguagem figurada, que pode ser categorizada como:

- a) sarcasmo ou ironia.
- b) hipérbole ou eufemismo.
- c) perífrase ou antonomasia.
- d) prosopopeia ou personificação.

08. Em relação aos primeiros portugueses que se aventuraram a atravessar o oceano rumo ao Brasil, o autor afirma que eram “indiferentes aos piores transe na luta da vida”. Nesse contexto, a palavra “transe” carrega o sentido de:

- a) êxito.
- b) júbilo.
- c) exultação.
- d) contratempo.

09. O autor do texto argumenta que “a africanização do Brasil pela escravidão é uma nódoa que a mãe-pátria imprimiu na sua própria face”. Dentre as opções a seguir, identifique a que contém uma palavra que poderia substituir no texto a palavra “nódoa”, sem prejuízo ao sentido pretendido pelo autor.

- a) auréola.
- b) láurea.
- c) mácula.
- d) pompa.

10. Ao se reportar às origens históricas da escravidão do Brasil, Joaquim Nabuco faz referência ao Congo e ao Zambeze. Embora não mencione diretamente, está implícito no texto que esses nomes próprios dizem respeito a:

- a) rios africanos.
- b) países africanos.
- c) navios negreiros.
- d) etnias de escravos.

QUESTÕES DE 11 A 20 - MATEMÁTICA

11. Em 2013, 15% da população brasileira maior de 18 anos fumava. Desse total, 62% eram homens. Qual porcentagem representa a quantidade de homens fumantes em relação à população brasileira maior de 18 anos?

- a) 4,7%
- b) 7,7%
- c) 9,3%
- d) 11,3%

12. Assinale a alternativa que apresenta o número 0,0064 escrito como fração irredutível.

- a) $\frac{4}{625}$
- b) $\frac{1}{64}$
- c) $\frac{625}{4}$
- d) $\frac{13}{32}$

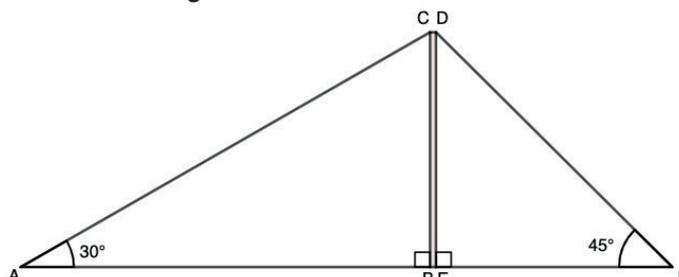
13. A função $f: \mathbb{R} \rightarrow \mathbb{R}$ atribui, a cada número real, a metade de seu triplo. Assinale a alternativa que apresenta a lei de formação dessa função.

- a) $f(x) = 1 + 3x$
- b) $f(x) = \frac{2x}{3}$
- c) $f(x) = \frac{3x}{2}$
- d) $f(x) = \frac{2}{3x}$

14. Valquíria aplicou R\$ 5000,00 em um banco com rendimento de 1% am sob um regime de juros compostos para resgatar depois de 1 ano. No 8º mês, o saldo da aplicação de Valquíria era de R\$ 5414,28. Qual será seu saldo no 9º mês?

- a) R\$ 5466,06
- b) R\$ 5468,42
- c) R\$ 5828,56
- d) R\$ 6091,06

15. Em uma cidade, um poste de espessura desprezível está sustentado por dois cabos presos ao chão, como ilustra a figura.



Sabendo que AB mede 6 m, que $\text{tg}(30^\circ) = \frac{\sqrt{3}}{3}$

e que $\text{tg}(45^\circ) = 1$, assinale a alternativa que apresenta a medida de EF.

- a) 1 m.
- b) $\frac{\sqrt{3}}{3}$ m.
- c) $\frac{2\sqrt{3}}{3}$ m.
- d) $2\sqrt{3}$ m.

16. As cooperativas de uma cidade fazem grandes lotes de roupas. Para fazer esses lotes em 16 dias, são necessários 25 costureiros trabalhando 8 horas por dia. Quantos dias são necessários para que 50 costureiros trabalhando com mesmo rendimento em jornadas de 6 horas por dia façam os mesmos lotes?

- a) 6 dias
- b) 10 dias
- c) 15 dias
- d) 24 dias

17. Assinale a alternativa que apresenta o resultado de $\sqrt{18} - \sqrt{2} + \sqrt{128}$.

- a) 12
- b) $10\sqrt{2}$
- c) $\sqrt{12}$
- d) 144

18. Seja $f: \mathbb{R} \rightarrow \mathbb{R}$ uma função definida por $f(x) = -7 + 12x$. Qual é o valor de $f(1) + f(-2)$?

- a) -26
- b) -19
- c) -12
- d) 36

19. No Brasil, utiliza-se unidades de medidas padronizadas para diversas grandezas. Assinale a alternativa que apresenta unidades de medida de comprimento, área de superfície e volume nessa ordem.

- a) metro (m), metro quadrado (m^2) e metro cúbico (m^3).
- b) metro (m), decâmetro (dam) e centímetro (cm).
- c) metro cúbico (m^3), metro (m) e decâmetro (dam).
- d) metro (m), metro quadrado (m^2) e litro (l).

20. Tito escolheu dois números naturais, m e n, para estudar as relações entre eles. Observou que o quadrado de m é igual ao sucessor de n. Observou também que o dobro de m é igual ao sucessor de n. Qual o valor de m + n?

- a) -1
- b) 4
- c) 5
- d) 8

QUESTÕES DE 21 A 30 - CONHECIMENTOS GERIAS

21. COVID-19 é o nome atribuído pela Organização Mundial da Saúde à doença infecciosa causada por um novo tipo de coronavírus, identificado pela primeira vez na China. A esse respeito, analise as afirmações a seguir e marque a INCORRETA.

- a) Já ocorreram em anos passados surtos de coronavírus semelhantes, como a Síndrome Respiratória Aguda Grave, entre 2002 e 2003.
- b) O novo vírus foi identificado pela primeira vez em humanos no final do ano retrasado, na cidade de Wuhan, localizada na província de Hubei.

c) A maior parte dos infectados pelo novo coronavírus manifesta uma doença respiratória aguda, com recuperação que demanda tratamento especial.

d) São mais propensos a desenvolver uma doença grave os idosos, bem como os que já apresentam problemas de saúde anteriores, como a diabetes ou o câncer.

22. Em junho de 2019, a União Europeia e o Mercosul concluíram negociações para firmarem um importante acordo comercial. A esse respeito, considere as afirmações a seguir e identifique a INCORRETA.

- a) O bloco europeu é o segundo maior parceiro comercial do Brasil.
- b) O acordo entre os blocos representa menos de 1% do PIB mundial.
- c) O tratado é o mais ambicioso já feito pelo grupo de países sul-americanos.
- d) O acordo firmado zera tarifas para importantes produtos agrícolas brasileiros.

23. As organizações internacionais podem ser definidas como associações voluntárias de Estados, voltadas para a busca de interesses comuns, por meio da permanente cooperação entre os seus membros. A esse respeito, marque a alternativa que NÃO indica uma organização internacional a que pertence o Brasil.

- a) Organização Mundial da Saúde.
- b) Organização das Nações Unidas.
- c) Organização dos Estados Americanos.
- d) Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

24. O trecho a seguir foi extraído do discurso do atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, à Assembleia Geral das Nações Unidas, ocorrida em setembro de 2019. Leia-o atentamente e assinale a alternativa que indica o país que, segundo o Presidente, teria sugerido aplicar sanções ao Brasil.

“É uma falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade e um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a nossa floresta é o pulmão do mundo. Valendo-se dessas falácias, um ou outro país, em vez de ajudar, embarcou nas mentiras da mídia e se portou de forma desrespeitosa, com espírito colonialista. Questionaram aquilo que nos é mais sagrado: a nossa soberania! Um deles, por ocasião do encontro do G7, ousou sugerir aplicar sanções ao Brasil, sem sequer nos ouvir. Agradeço àqueles que não aceitaram levar adiante essa absurda proposta”.

- a) Argentina.
- b) Estados Unidos.
- c) França.
- d) Portugal.

25. Em setembro de 2019, foi sancionada pelo Presidente Jair Bolsonaro a chamada Lei da Liberdade Econômica, que visa a desburocratização e simplificação de processos para empresas e empreendedores. A esse propósito, considere as opções a seguir e marque a que NÃO indica um dos princípios que norteiam o disposto nessa Lei.

- a) Boa-fé do particular perante o poder público.
- b) Reconhecimento da vulnerabilidade do particular perante o Estado.
- c) Liberdade como uma garantia no exercício de atividades econômicas.
- d) Intervenção sistemática do Estado sobre o conjunto das atividades econômicas.

26. Considere a seguinte análise, a respeito de um escritor cuja obra é considerada fundamental para a formação da cultura literária brasileira, e marque a alternativa que indica o nome de quem se trata.

“Sua obra continua a impressionar o leitor de hoje porque, como dizem os críticos, parece ficar mais atual à medida que o tempo passa. Os seus textos abordam, com visão aguda e de forma elaborada, vários aspectos da vida humana. É fácil perceber em seus livros a fina ironia e o senso de humor que não são deixados de lado nem mesmo quando se trata de assuntos graves. Essas características, que formam parte importante do legado do escritor, estão presentes com grande força em suas obras mais importantes, entre as quais os romances Memórias Póstumas de Brás Cubas e Dom Casmurro”.

(Guia do Estudante, 16/05/2017, com adaptações)

- a) Carlos Drummond de Andrade.
- b) Graciliano Ramos.
- c) José de Alencar.
- d) Machado de Assis.

27. Para a formação da sociedade brasileira contemporânea, foram de fundamental importância os fluxos migratórios. Considere a seguinte análise a respeito do tema, e marque a opção que preenche corretamente a lacuna.

“Em meados do século _____, as áreas desocupadas do sul do Brasil e o crescimento da lavoura de café atraíram a mão-de-obra estrangeira, principalmente europeia, que estava à procura de melhores condições de vida e de trabalho. A imigração então iniciada iria ter enorme importância na história econômica, política e cultural brasileira. Para cá vieram italianos, portugueses, espanhóis, alemães, austríacos, russos, além de outras nacionalidades e grupos étnicos de menor expressão numérica como suíços, húngaros, poloneses, tchecos, judeus. Vieram também japoneses, sírios e libaneses, desejosos de tentar a vida no Brasil”.

(FGV, CPDOC, trecho com adaptações).

- a) 16
- b) 17
- c) 18
- d) 19

28. Em relação à geografia do território brasileiro, considere as afirmações a seguir e identifique a INCORRETA.

- a) O território brasileiro, dada a sua grandeza, cobre quase a metade das áreas que constituem a América do Sul.
- b) A grande dimensão territorial do Brasil possibilita a existência de uma imensa diversidade de climas e paisagens.
- c) A fronteira terrestre do Brasil, compartilhada com outros países da América do Sul, é mais extensa do que a sua faixa litorânea.
- d) Todo o território brasileiro se encontra a leste do meridiano de Greenwich, razão pela qual o país pertence ao hemisfério oriental.

29. Em janeiro de 2016, entrou em vigor uma resolução da Organização das Nações Unidas intitulada “Agenda 2030”, constituída por dezessete objetivos relacionados ao desenvolvimento sustentável. Considere as opções a seguir e marque a que NÃO indica um desses objetivos.

- a) Igualdade de gênero.
- b) Paralisação econômica.
- c) Proteger a vida marinha.
- d) Reduzir as desigualdades.

30. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, esses têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Marque a alternativa que NÃO indica uma prerrogativa das crianças e adolescentes a esse respeito.

- a) Contestar critérios avaliativos.
- b) Organização e participação em entidades estudantis.
- c) Participar da definição das propostas educacionais.
- d) Ser respeitado por seus educadores.

QUESTÕES DE 31 A 60 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A respeito do tema hermenêutica constitucional, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) No âmbito da hermenêutica jurídica clássica, duas teorias concorreram para o seu desenvolvimento. Se, por um lado, a vertente da mens legislatoris defendia que a interpretação deve se pautar pela busca da compreensão do pensamento do legislador exteriorizado no texto da lei, por outro, a da mens legis defendia que o direito não seria fruto de vontades particulares, mas sim de uma convicção comum do povo, de modo que se buscava conhecer não a vontade do legislador, mas a da própria lei, isto é, uma vontade que lhe é inerente.
- b) O giro hermenêutico ou giro linguístico, em Gadamer, abarca a ideia de que “ninguém consegue pular a própria sombra”, de modo que tanto o querer do legislador quanto o querer da norma são viciados, uma vez que é impossível dissociar o intérprete do seu próprio horizonte histórico.

c) Para Kelsen, a interpretação não autêntica é aquela realizada pelos cientistas do direito, pelos doutrinadores, cujo objetivo é descrever, de forma imparcial, as possíveis interpretações de uma determinada norma, apresentando um quadro com as possíveis interpretações válidas. A interpretação autêntica, por sua vez, é aquela dada pelos próprios legisladores, que esclarecem em um ato normativo o sentido e o alcance de uma lei pré-existente.

d) John Hart Ely, autor norte-americano, parte de uma compreensão procedimental da atuação dos Tribunais, que devem desempenhar função similar a de árbitros em um jogo de futebol, garantindo o respeito às “regras do jogo”. Desse modo, para ele não teria o Judiciário autoridade para alterar as decisões fruto de deliberações democráticas do Legislativo, devendo agir para a defesa e a preservação de direitos relativos à comunicação e à participação que constroem a vontade democrática nos processos políticos.

32. Sobre o habeas corpus, assinale a alternativa CORRETA.

a) O mandado de segurança não tem sua origem relacionada com a doutrina brasileira do habeas corpus.

b) O habeas corpus pode ser conceituado como um recurso de natureza penal que tem por objetivo reparar ou evitar violência ou coação à liberdade de locomoção em razão de ilegalidade ou abuso de poder.

c) Não cabe habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

d) Cabe habeas corpus quando já extinta a pena privativa de liberdade.

33. A importância da economia foi reconhecida pela Carta Constitucional de 1988. Ela dedicou um título próprio para tratar da ordem econômica e financeira. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

a) Compete privativamente à União legislar sobre direito econômico.

b) A soberania nacional e a propriedade privada são os fundamentos da ordem econômica constitucional.

c) A lei, em prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.

d) A economia dirigida, própria dos países marxistas, não foi hospedada pelos constituintes de 88, que optaram claramente pela economia de escala e pela livre-iniciativa e, mais do que isto, pela livre concorrência, um dos princípios basilares da nova ordem.

34. A repartição de competências é um dos principais elementos do federalismo. Sobre o assunto, assinale a alternativa CORRETA.

a) A competência legislativa residual, em matéria tributária, é própria dos Estados-membros.

b) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

c) A Constituição Federal estabeleceu de maneira clara quais competências legislativas são privativas da União e quais são as competências comuns e concorrentes, de modo que conflitos sobre o assunto são raros.

d) A União poderá, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

35. No que diz respeito à disciplina constitucional do Poder Judiciário, assinale a alternativa CORRETA.

a) A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.

b) Aos juízes é vedado o exercício de qualquer outro cargo ou função.

c) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.

36. A respeito do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta a sua incidência no todo ou em parte.

b) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

c) O fato de uma lei possuir destinatários determináveis retira seu caráter abstrato e geral, transformando-a em norma de efeitos concretos, que não pode ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade.

d) A obediência à cláusula de reserva de plenário não se faz necessária se houver orientação consolidada do Supremo Tribunal Federal sobre a questão constitucional discutida, ainda que a regra da full bench decorra da própria literalidade da Constituição.

37. Assinale a alternativa CORRETA com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e na doutrina.

- a) A lei corretiva não tem o condão de alterar o termo inicial do prazo de vigência.
- b) A ab-rogação equivale à revogação parcial e a derrogação à revogação total.
- c) A lei revogadora de uma lei revogada restaura a vigência da lei revogada se houver disposição expressa nesse sentido.
- d) O princípio da obrigatoriedade das leis, segundo o qual ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece, em razão de uma necessidade social, é um dos poucos princípios absolutos.

38. Em relação à pessoa natural, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O menor com 16 anos completos poderá emancipar-se pelo estabelecimento civil ou comercial desde que, em função deles, tenha economia própria, sujeitando-se, inclusive, à falência.
- b) A viabilidade da vida, aferida por meio da docimasia pulmonar hidrostática de Galeno, é requisito para a configuração do nascimento com vida, momento em que se inicia a personalidade civil da pessoa, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, o nascituro.
- c) Aquele que por causa permanente não puder exprimir sua vontade é considerado absolutamente incapaz.
- d) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até três anos após o término da guerra.

39. O fato jurídico que tem por elemento nuclear do suporte fático a manifestação ou declaração unilateral de vontade cujos efeitos jurídicos são prefixados pelas normas jurídicas e invariáveis, não cabendo às pessoas qualquer poder de escolha da categoria jurídica ou de estruturação do conteúdo das relações respectivas diz respeito ao:

- a) Ato jurídico stricto sensu.
- b) Fato jurídico lato sensu.
- c) Fato jurídico stricto sensu.
- d) Negócio jurídico.

40. Sobre a classificação dos contratos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A alteridade é elemento indispensável para a caracterização dos contratos, motivo pelo qual, quanto aos direitos e deveres das partes envolvidas, eles podem ser bilaterais ou plurilaterais, não existindo os unilaterais.
- b) Quanto à margem negociação do conteúdo dos contratos pelas partes, é correto afirmar que nem todo contrato de adesão é de consumo e nem todo contrato de consumo é de adesão.

c) A compra e venda de bens imóveis é exemplo de contrato real, vez que só se aperfeiçoa com o registro do título translativo no Registro de Imóveis.

d) Os contratos, quanto à existência ou não de formalidades, podem ser classificados como típicos e atípicos.

41. Em relação ao direito das obrigações, assinale a alternativa CORRETA, conforme o Código Civil.

a) Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda. A resulta da lei, da vontade das partes ou de presunção.

b) A entrega do título ao devedor firma a presunção do pagamento, mas ficará sem efeito a quitação assim operada se o credor provar, em noventa dias, a falta do pagamento.

c) Considera-se pagamento, e extingue a obrigação, o depósito judicial ou em estabelecimento bancário da coisa devida, nos casos e forma legais. A consignação não tem lugar, todavia, se pender litígio sobre o objeto do pagamento.

d) Quando se estipular a cláusula penal para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula determinada, terá o credor o arbítrio de exigir a satisfação da pena cominada, juntamente com o desempenho da obrigação principal.

42. Assinale a alternativa CORRETA, com base no entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, a respeito do mandado de segurança.

a) O processo de mandado de segurança não será extinto se o impetrante não promover, no prazo assinado, a citação do litisconsorte passivo necessário.

b) Pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o mandado de segurança.

c) A suspensão da liminar em mandado de segurança, salvo determinação em contrário da decisão que a deferir, vigorará até o trânsito em julgado da decisão definitiva de concessão da segurança ou, havendo recurso, até a sua manutenção pelo Supremo Tribunal Federal, desde que o objeto da liminar deferida coincida, total ou parcialmente, com o da impetração.

d) Cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.

43. Assinale a alternativa CORRETA, a respeito da liquidação de sentença.

a) O Código de Processo Civil prevê três espécies de liquidação: por arbitramento, por artigos e pelo procedimento comum.

b) É impossível, em qualquer hipótese, aplicar o procedimento de liquidação aos títulos executivos extrajudiciais.

c) O Superior Tribunal de Justiça desenvolverá e colocará à disposição dos interessados programa de atualização financeira.

d) Quando a apuração do valor depender apenas de cálculo aritmético, o credor poderá promover, desde logo, a liquidação da sentença.

44. Assinale a alternativa INCORRETA, com base no Código de Processo Civil.

- a) O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.
- b) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
- c) No caso de leilão de bem hipotecado, o executado poderá remi-lo até a assinatura do auto de arrematação, oferecendo preço igual ao da avaliação.
- d) Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre a admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros.

45. Assinale a alternativa CORRETA a respeito da execução fiscal, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- a) A dissolução irregular da empresa não se presume somente pelo fato de ela deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem couminar os órgãos competentes.
- b) As medidas executivas atípicas afitivas pessoais não se firmam placidamente no executivo fiscal. A aplicação delas, entretanto, é admitida se não resultar em excessos.
- c) A jurisprudência pacífica do STJ é no sentido de que a irrisoriedade do valor em relação ao total da dívida executada não impede sua penhora via BacenJud.
- d) O entendimento atual da 1ª Turma do STJ é no sentido de que não deve ser afastada a exigência da garantia do juízo para a oposição de embargos à execução fiscal, ainda que fique comprovado que o devedor não possui patrimônio para garantia do crédito exequendo.

46. Assinale a alternativa INCORRETA, a respeito dos Juizados Especiais Cíveis, com base na Lei 9.099/95.

- a) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- b) As pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial.
- c) A conciliação será conduzida pelo Juiz togado ou leigo ou por conciliador sob sua orientação.
- d) A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.

47. Assinale a alternativa CORRETA, a respeito da obrigação tributária.

- a) A obrigação tributária principal diz respeito ao pagamento do tributo e a obrigação tributária acessória ao pagamento de multas.
- b) Os deveres instrumentais, previstos na legislação tributária, ostentam caráter autônomo em relação à regra matriz de incidência do tributo, uma vez que vinculam, inclusive, as pessoas físicas ou jurídicas que gozem de imunidade ou outro benefício fiscal.
- c) A cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a dispositivos legais podem ser estabelecidas por decretos.

d) O aspecto temporal da hipótese de incidência da norma tributária impositiva diz respeito ao prazo para o pagamento do tributo.

48. Assinale a alternativa INCORRETA sobre o fato gerador.

- a) Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação de fato, desde o momento em que o se verificarem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
- b) A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.
- c) A definição legal do fato gerador é interpretada abstraíndo-se dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.
- d) Para os efeitos de determinar a ocorrência do fato gerador, em se tratando de situação jurídica, salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados, sendo resolutive a condição, desde o momento de seu implemento.

49. Assinale, com base no Código Tributário Nacional (CTN), a alternativa INCORRETA a respeito do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

- a) A posse é fato gerador do imposto.
- b) Imóvel com abastecimento de água e distante 3 (três) quilômetros de posto de saúde cumpre os requisitos para ser considerado como inserido na zona urbana municipal.
- c) A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, ainda que constantes de loteamentos não aprovados, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.
- d) Na determinação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

50. Assinale a alternativa CORRETA, com base na jurisprudência sumulada dos tribunais superiores.

- a) O mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.
- b) A notificação do auto de infração não faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário, de forma que exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial.

- c) O fato de a empresa deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, não é causa suficiente a legitimar o redirecionamento da execução fiscal ao sócio-gerente.
- d) Norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária sujeita-se ao princípio da anterioridade.

51. Assinale a alternativa CORRETA, com base na Lei Complementar 123/2006.

- a) As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão utilizar ou destinar valores a título de incentivo fiscal.
- b) Todas as consultas relativas ao Simples Nacional serão solucionadas pela Secretaria da Receita Federal, ainda que digam respeito a tributos e contribuições de competência estadual ou municipal.
- c) As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor.
- d) As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional farão jus à apropriação e transferirão créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidos pelo Simples Nacional.

52. No que diz respeito aos consórcios públicos, assinale a alternativa CORRETA, conforme a Lei 11.107/2005 e regulamentações.

- a) O consórcio público, com personalidade jurídica de direito público ou privado, observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- b) Os entes da Federação consorciados respondem solidariamente pelas obrigações do consórcio público.
- c) Os agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, ainda que os atos tenham sido praticados em conformidade com a lei ou com as disposições dos respectivos estatutos.
- d) É nula a cláusula do contrato de consórcio que trate de doação, destinação ou cessão do uso de bens móveis ou imóveis e de transferências ou cessões de direitos operadas por força de gestão associada de serviços públicos.

53. Determinado Município concedeu permissão para uma pessoa jurídica explorar comercialmente um parque de diversões em um determinado local. Posteriormente, contudo, a lei de zoneamento municipal foi alterada, proibindo qualquer tipo de atividade comercial naquele lugar. Conforme a doutrina de Celso Antônio Bandeira de Mello, trata-se de modalidade de extinção do ato administrativo denominada retirada que, no caso, diz respeito à:

- a) Revogação.
- b) Caducidade.

- c) Cassação.
- d) Invalidação.

54. Suponha que determinado secretário municipal, competente para aplicar apenas a pena de advertência, aplique, após regular procedimento administrativo, a pena de suspensão a servidor público que lhe é subordinado. Nessa hipótese:

- a) A ato administrativo que aplicou a suspensão é ilícito, em razão da existência de vício de desvio de poder.
- b) Trata-se de evidente caso de vício do ato administrativo, na espécie de excesso de poder.
- c) Como houve o regular procedimento administrativo, com respeito ao contraditório e à ampla defesa, não há que se falar em nulidade.
- d) No caso, a Administração Pública tem o dever de revogar o ato, com efeitos retroativos.

55. A respeito das despesas com pessoal, nos termos da Lei Complementar 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, é CORRETO afirmar que:

- a) Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos não serão contabilizados para fins de despesas com pessoal.
- b) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de caixa.
- c) Há previsão expressa na lei no sentido de que é facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária, quando ultrapassados limites nela definidos.
- d) A despesa com pessoal ativo e inativo dos Municípios, em cada período de apuração, não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida.

56. A respeito da improbidade administrativa, assinale a alternativa INCORRETA, com base na jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) O processo e julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade (Decreto-lei 201/67) não impede sua responsabilização por atos de improbidade administrativa previstos na Lei 8.429/1992, em virtude da autonomia das instâncias.
- b) Ao particular aplica-se o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público.
- c) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- d) A indisponibilidade prevista na Lei de Improbidade Administrativa não pode recair sobre bens de família.

57. À direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete:

- a) Gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros.
- b) Acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema Único de Saúde (SUS)
- c) Participar da formulação da política e da execução de ações de saneamento básico
- d) Formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição.

58. A respeito do instituto da prescrição, com base exclusivamente na Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452/43), assinale a alternativa CORRETA.

- a) Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de três anos.
- b) A declaração da prescrição intercorrente não pode ser declarada de ofício.
- c) A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho, abrangendo as ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social.
- d) A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, mesmo que em juízo incompetente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.

59. No que diz respeito à duração do trabalho, assinale a alternativa CORRETA, conforme exclusivamente na Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452/43).

- a) O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.
- b) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos, observado o limite máximo de vinte minutos diários.
- c) A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, vedado o acordo individual para esse fim.
- d) É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês.

60. Em relação à extinção do contrato de trabalho, com base exclusivamente na Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452/43), assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Na extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias no prazo e na forma estabelecidos neste artigo.
- b) A entrega ao empregado de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes bem como o pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverão ser efetuados até dez dias contados a partir do término do contrato.
- c) Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato.
- d) A extinção do contrato por acordo entre empregado e empregador não autoriza o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.

GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60